



EDUCAÇÃO MIDIÁTICA E PROTEÇÃO DE DIREITOS: RELATO DE EXPERIÊNCIA COM TEATRO EDUCOMUNICATIVO NO ENSINO TÉCNICO

KOTRICH, Ana Márcia Leonarczyk

Resumo: O presente trabalho caracteriza-se como um relato de experiência desenvolvido com estudantes das turmas 1º K e 1º Q do Curso Técnico em Química do Colégio Estadual São Mateus, localizado em São Mateus do Sul/PR, no âmbito de aulas semanais de Língua Portuguesa, realizadas nos meses de outubro e novembro de 2025. A escolha da temática fundamenta-se na necessidade de enfrentar os riscos associados ao consumo inadequado de mídias por adolescentes, bem como de promover práticas educativas que articulem educação midiática, educação em direitos humanos, proteção de direitos e participação juvenil no ambiente educativo. O estudo teve como objetivo identificar situações de risco relacionadas ao uso das mídias, incentivando a análise crítica desses meios e a construção coletiva de estratégias de intervenção, prevenção e proteção. A metodologia adotada baseou-se em estratégias ativas, com destaque para o teatro como prática educacional, por meio da qual os estudantes, organizados em grupos, criaram e encenaram situações representativas de usos inadequados das mídias, seguidas da proposição de alternativas de enfrentamento e soluções. A fundamentação teórica ancorou-se na concepção de crianças, adolescentes e jovens como sujeitos de direitos, no campo da Educação em Direitos Humanos, à luz do Estatuto da Criança e do Adolescente, do Estatuto da Juventude e das diretrizes da Base Nacional Comum Curricular, articuladas aos pressupostos da educação midiática e da psicologia sócio-histórica, que enfatizam o diálogo, a participação e o protagonismo juvenil. Como resultados, observou-se maior engajamento discente, desenvolvimento da consciência crítica acerca dos impactos das mídias, ampliação da capacidade de identificar situações de risco e elaboração de propostas de intervenção e proteção. Evidenciou-se que o uso do teatro como ferramenta pedagógica interdisciplinar favoreceu a aprendizagem significativa, o protagonismo juvenil e o exercício da cidadania digital, fortalecendo práticas educativas orientadas pela educação em direitos humanos.

Palavras-chave: Educação midiática. Direitos humanos. Teatro educacional. Protagonismo juvenil. Cidadania digital.

Referências





BARRETO, Cristiane Parente de Sá; FLEXOR, Carina Luisa Ochi; LOPES, Mariana Ferreira; PAULINO, Fernando Oliveira. Unidade 4 – Proteção, Provisão e Participação de Crianças e Adolescentes: texto básico. In: Curso de Educação Midiática para a Promoção e Defesa dos Direitos Humanos e Diversidades. Extensão CEMDH. Universidade Federal de Uberlândia, 2025. Disponível em: <https://ead.ufu.br/mod/resource/view.php?id=140856>. Acesso em: 7 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 20 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 6 ago. 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm. Acesso em: 20 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 1 ago. 2025.

NAVES, Flaviana. Interfaces entre a psicologia sócio-histórica e a educação popular com adolescentes. Revista Interinstitucional de Psicologia, Belo Horizonte, v. 9, n. 1, p. 32–49, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v9n1/v9n1a04.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2025.

Colégio Estadual São Mateus • São Mateus do Sul, PR — Brasil •
marcia.kotrich@gmail.com

